

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE n.º 01/2025

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a necessidade de promover a publicidade das campanhas do MPF a serem afixadas na fachada frontal do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - As campanhas de conscientização social são iniciativas estratégicas destinadas a informar e educar o público sobre questões importantes, seja em âmbito social, de saúde, ambiental ou de segurança. Essas campanhas utilizam diferentes meios de comunicação, tais como mídia social, televisão, rádio, eventos e publicidade exterior.

1.2 - Atualmente, um dos veículos de comunicação que promove grande visibilidade e alto impacto é a Empena. Pelo fato de utilizar lateral de prédios, o uso desse tipo de mídia propõe grande destaque. As mensagens e/ou imagens atrativas conquistam a atenção de quase todo o público que circula pelo local, em virtude das enormes dimensões da campanha.

1.3 - A contratação dos serviços visa atender a demanda da Assessoria de Comunicação Social da PRPE, para o desenvolvimento das campanhas de conscientização em temas que fazem parte da atuação-fim do MPF na área Ambiental e dos Direitos Humanos, sendo essas divulgações de amplo interesse social no sentido de fomentar discussões sobre os Povos Indígenas, o Meio Ambiente, a violência contra a população LGBTQIA+ e o combate ao racismo no país, entre outros temas afins.

1.4 - Considerando a inexistência, no seu quadro efetivo de pessoal, de servidores legalmente qualificados e habilitados à execução de tais serviços, resta justificada a proposição para a contratação dos serviços em tela via outorga à pessoa jurídica que detenha a habilitação técnica necessária e suficiente nesse campo de atuação.

II – PREVISÃO NO PLANEJAMENTO ANUAL E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2025, conforme documento PRPE-D0031/24.

2.2 - Ademais, a contratação citada está, ainda, em consonância com o Planejamento Estratégico do MPF (2024-2027), principalmente no que tange à Perspectiva Sociedade (art.3º, inciso I, letra b, da Portaria PGR/MPF nº 843, de 18/10/2024) que estabelece:

"I- Perspectiva Sociedade

a) OE 1: Apresentar resultados transparentes para a sociedade em linguagem acessível

ODS 10 Redução das desigualdades

ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

b) OE 2: Contribuir para a pacificação de conflitos e priorizar a atuação resolutiva
ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes"

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Requisitos Funcionais:

3.1.1 - Os serviços devem ser prestados por empresa especializada em mídia exterior, atendendo aos parâmetros de segurança e conforto relacionado à operação dos equipamentos de transporte vertical.

3.1.2 - Para a instalação e desinstalação dos adesivos na fachada frontal do prédio da PRPE será necessário utilizar **equipamento apropriado** para a execução do serviço, tais como balancim ancorado, rapel ou equivalente a partir da cobertura da edificação e/ou plataforma elevatória.

3.1.3 - A prestadora dos serviços deve fornecer mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários para a execução dos serviços.

3.1.4 - A empresa CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.1.5 - Os serviços devem ser executados dentro das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG:** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei nº 12.305/2010:** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto Federal nº 10.936/2022:** regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006:** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Resolução CONFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023:** Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências;
- **Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho:** estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- **Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019:** Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 18.886, de 29 de dezembro de 2021:** Dispõe sobre normas de veiculação de anúncios e seu ordenamento no espaço urbano do município do Recife;
- **Norma Regulamentadora nº 6:** regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem estar condicionada a setores ou atividades econômicas específicas;
- **Norma Regulamentadora nº 18:** estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- **Norma Regulamentadora nº 35:** Dispõe sobre padrões de segurança para o trabalho em altura, ela garante que nenhum trabalho coloque em risco a vida e a integridade dos funcionários.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

Não se aplica.

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - O prazo de vigência da contratação é **até 31/12/2025**, contados a partir sua assinatura eletrônica do ordenador de despesa da CONTRATANTE, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3.4.2 - O prazo para entrega dos serviços a serem contratados deverá ocorrer da seguinte forma:

ADESIVO PREVISTO	CAMPANHA PREVISTA	PRAZO DE INSTALAÇÃO	PRAZO DE DESINSTALAÇÃO
1	Dia dos Povos Indígenas (comemorado em 19 de abril)	até 16/04/25	entre os dias 13 e 16 de maio/25
2	Dia do Meio Ambiente (comemorado em 5 de junho)	até 29/05/25	Retirar no <u>mesmo dia</u> que instalar o adesivo do item 3
3	Dia do Orgulho LGBTQIA+ (comemorado em 29 de junho)	até 26/06/25	entre os dias 18 e 22 de julho/25
4	Dia da Consciência Negra (comemorado em 20 de novembro)	até 14/11/25	entre os dias 11 e 15 de dezembro/25

3.4.3 – O cronograma acima descrito é meramente informativo. Uma campanha poderá ser suprimida e/ou substituída no decorrer do contrato.

3.4.4 - O dia e horário de realização dos serviços deverão ser previamente agendados com a Assessoria de Comunicação - ASCOM/PRPE, podendo ser realizados de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - A Contratada deverá comunicar à PRPE, nas pessoas do(s) fiscal(is) do contrato, os horários de execução dos serviços, mediante informação dos dados da empresa, de seu responsável, e dos demais funcionários, que deverão estar munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

3.5.2 - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização e/ou cavaletes de proteção - estarem de acordo com a ABNT 16083/2012.

3.5.3 - Os funcionários das empresas contratadas deverão adequar-se às regras de segurança da circulação e identificação da PRPE, bem como à legislação pertinente.

3.5.4 - A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços.

3.5.5 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos farão parte da descrição da solução como um todo.

3.7 - Requisitos de Garantia do Contrato

Não se aplica.

3.8 - Requisitos de Garantia do Serviço

3.8.1 - Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

"Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:
I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;
II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do

3.8.2 - A empresa vencedora deverá se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1999).

3.9 - Requisitos de qualificação técnica

As impressões de mídia exterior devem ser feitas com responsabilidade e qualidade, uma vez que as impressões são de grande proporção e impacto. Espera-se, portanto, que a empresa contratada deva comprovar que tem alguma experiência com esse tipo de mídia. As peças a serem produzidas devem possuir a qualidade especificada e os tamanhos descritos para se atingir o objetivo de promover a adequada divulgação das campanhas veiculadas.

3.9.1 - Capacidade Técnico-Operacional - A empresa participante deverá apresentar um ou mais atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a anterior execução de serviços que reúnam características e quantidade similares ao objeto deste Estudo.

3.9.1.1 - A PRPE poderá confirmar a autenticidade dos atestados de capacidade técnica por meio de diligência às instituições fornecedoras dos atestados.

3.9.2 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.10 - Requisitos de qualificação econômica

Não se aplica.

3.11 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental (no que couber)

3.11.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

3.11.1.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços.

3.11.1.2 - Além de observar o art. 6º da IN nº 01/2010, atendendo, no que couber, aos requisitos descritos no referido artigo, sugere-se inserir no termo de referência os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, além de manuais mais atualizados de outros órgãos, adotados como boas práticas:

3.11.1.2.1 - Utilizar produtos de limpeza menos ofensivos.

3.11.1.2.2 - Realizar a coleta de resíduos provenientes da instalação/desinstalação do adesivo objeto da contratação.

3.11.1.2.3 - Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão.

3.11.1.2.4 - Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

3.11.1.3 - Peças ou acessórios substituídos, embalagens, baterias e demais materiais deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitada a legislação ambiental, em conformidade com a legislação (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental.

3.11.1.4 - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.11.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA

Em razão do valor máximo previsto para esta contratação, e do regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, o item será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

3.11.3 - PERSPECTIVA SOCIAL

3.11.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a)** Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 38 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b)** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c)** Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170º da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

3.11.4 - Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Estudo Técnico, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a)** Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;
- b)** Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c)** Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d)** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e)** Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f)** Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local.

3.12 - Outros requisitos aplicáveis

3.12.1 - As empresas interessadas em participar **PODERÃO** vistoriar o local onde será executado o serviço até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à Assessoria de Comunicação, por meio do Telefone (81) 2125-7388 ou e-mail: prpe-ascom-L@mpf.mp.br.

3.12.1.1 - O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

3.12.1.2 - Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo de declaração de conhecimento das condições do local constante no Edital de Licitação ou Aviso de Dispensa.

3.12.1.3 - A empresa que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

3.12.2 - A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

3.12.3 - Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, na assinatura do contrato, declaração nos moldes do artigo 6º da IN RFB nº 1.234, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

3.12.4 - NÃO SERÁ admitida a **SUBCONTRATAÇÃO** do objeto contratual.

3.12.5 - NÃO SERÁ admitida a participação de empresas em regime de **consórcio**, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 - A referida contratação, apesar de ser realizada pela PR/PE, tem como pano de fundo campanhas institucionais a serem realizadas nacionalmente, tais como o dia dos Povos Indígenas (mês de abril), as campanhas de conscientização nos meses de junho (dia do Meio Ambiente e do Orgulho LGBTQIA+) e em novembro (Dia da Consciência Negra).

4.2 - Portanto, a quantidade estimada do serviço foi determinada conforme essa demanda institucional de divulgação de campanhas de conscientização, em âmbito nacional, cujos temas fazem parte da atuação-fim do MPF na área dos Direitos e são definidos pela Secretaria de Comunicação Social (Secom).

4.3 – A quantidade estimada compreenderá os serviços de 4 (quatro) impressões, incluindo instalações e desinstalações de adesivos perfurados das artes das campanhas do quadro abaixo:

ADESIVO PREVISTO	CAMPANHA PREVISTA
1	Dia dos Povos Indígenas (comemorado em 19 de abril)
2	Dia do Meio Ambiente (comemorado em 5 de junho)
3	Dia do Orgulho LGBTQIA+ (comemorado em 29 de junho)
4	Dia da Consciência Negra (comemorado em 20 de novembro)

4.4 - Os quantitativos poderão sofrer alterações para adequação aos interesses da CONTRATANTE, por meio de substituições e supressões. Essa descrição tem como objetivo apontar a estimativa do quantitativo anual, para fins de elaboração da proposta.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo. Foram analisados Estudos Técnicos Preliminares e Editais com o mesmo objeto, em algumas procuradorias do MPF, além dos contratos anteriores firmados pela PRPE, com o intuito de verificar tanto as soluções contratuais quanto as metodológicas que poderão embasar a futura contratação.

5.1.1 – ALTERNATIVA 1: Adesão a Atas de Registro de Preços: Utilização de atas de registro de preços já existentes, firmadas por outros órgãos públicos que realizaram processos licitatórios para instalação/desinstalação de adesivos em fachadas (empenas).

VANTAGENS:

- Economia de tempo e recursos;
- Redução da burocracia e dos riscos;
- Preços competitivos e flexibilidade do serviço;

DESVANTAGENS:

- Não foi encontrada nenhuma ARP de acordo com a necessidade da PR/PE;
- Submissão aos termos estabelecidos por outros órgãos.

5.1.2 - ALTERNATIVA 2: contratação de empresa especializada para o serviço de instalação/desinstalação da impressão em lona a ser afixada em estrutura metálica na fachada: Nesta proposta, a lona demandaria a instalação de uma estrutura metálica que suportasse seu peso. Contudo, na fachada frontal da PRPE, toda em pele de vidro, essa solução torna-se inviável, pois esse suporte metálico tiraria a visão da placa e poderia danificar as esquadrias.

5.1.3 - ALTERNATIVA 3: contratação de empresa especializada para o serviço de instalação/desinstalação do adesivo na fachada em adesivo perfurado: Essa é a alternativa que atende à nossa necessidade, pois não demandaria a instalação de estrutura metálica, anulando o risco de danificar e interferir nos elementos arquitetônicos da edificação e de impedir a visão de integrantes da PRPE que estão no prédio, inclusive quando da desinstalação dos adesivos, que deverão ficar afixados por aproximadamente 30 (trinta) dias. O vinil adesivo perfurado é indicado para ser aplicado em vidros, uma vez que é fácil de aplicar e de retirar, facilitando a troca de anúncios e campanhas de marketing, além de ter instalação rápida e ser resistente.

Outras vantagens:

- Expertise e conhecimento especializado;
- Terceirização da atividade, resultando em economia de tempo e recursos;
- Acesso a produtos, ferramentas e tecnologias mais avançados, garantindo qualidade na entrega do serviço.

5.2 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

5.2.1 – Descrição: A solução escolhida foi a descrita no subitem **5.1.3**, qual seja, **contratação de empresa especializada para o serviço de instalação/desinstalação de adesivo perfurado na fachada do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de peças e/ou materiais necessários.**

5.2.2 - Justificativa: Tal solução se justifica por não danificar e tampouco interferir nos elementos arquitetônicos da edificação, inclusive quando da desinstalação dos adesivos. Vale ressaltar que essa solução já foi adotada pela PRPE em 2024, tendo excelentes resultados e sem nenhum problema.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Foi realizada uma cotação de mercado a fim, não somente de aferir os preços praticados, mas também de verificar a existência de interessados do mercado local a participar de um eventual certame.

6.2 - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MÉDIA** obtido na pesquisa de preços, por meio de pesquisa de mercado junto às empresas que prestam serviços desta natureza, no intuito de obter a realidade do mercado local, conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, elencados no relatório de pesquisa de preços anexo aos autos.

6.3 - Não foram considerados preços em contratações feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, pois as licitações realizadas nesse período possuíam descrições (especificações técnicas, requisitos de habilitação e características arquitetônicas etc.) discrepantes da necessidade da PRPE.

6.4 - Os serviços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

6.5 - O valor estimado ANUAL para a contratação dos serviços propostos é de **R\$ 60.479,04 (sessenta mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quatro centavos).**

ITEM	CÓD. GRUPO	CÓD. SERV.	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	836	892	Impressão de vinil adesivo perfurado com instalação e desinstalação na fachada frontal da PRPE. I – Material a ser utilizado para impressão: Película autoadesiva de PVC perfurada II - Tipo de Impressão: Digital de Alta Qualidade III - Método de Cores: 4x0 (só frente) IV – Dimensões: 4,40 m x 5,60 m Referente a: Dia dos Povos Indígenas	1	R\$ 15.119,76	R\$ 15.119,76

		Impressão de vinil adesivo perfurado com instalação e desinstalação na fachada frontal da PRPE. I – Material a ser utilizado para impressão: Película autoadesiva de PVC perfurada II - Tipo de Impressão: Digital de Alta Qualidade III - Método de Cores: 4x0 (só frente) IV – Dimensões: 4,40 m x 5,60 m Referente a: Dia do Meio Ambiente	1	R\$ 15.119,76	R\$ 15.119,76
		Impressão de vinil adesivo perfurado com instalação e desinstalação na fachada frontal da PRPE. I – Material a ser utilizado para impressão: Película autoadesiva de PVC perfurada II - Tipo de Impressão: Digital de Alta Qualidade III - Método de Cores: 4x0 (só frente) IV – Dimensões: 4,40 m x 5,60 m Referente a: Dia do Orgulho LGBTQIA+	1	R\$ 15.119,76	R\$ 15.119,76
		Impressão de vinil adesivo perfurado com instalação e desinstalação na fachada frontal da PRPE. I – Material a ser utilizado para impressão: Película autoadesiva de PVC perfurada II - Tipo de Impressão: Digital de Alta Qualidade III - Método de Cores: 4x0 (só frente) IV – Dimensões: 4,40 m x 5,60 m Referente a: Dia da Consciência Negra	1	R\$ 15.119,76	R\$ 15.119,76
VALOR TOTAL ESTIMADO:					R\$ 60.479,04

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - Contratação de empresa especializada para confecção, instalação e desinstalação de 04 (quatro) impressões de vinil adesivo perfurado das artes que serão encaminhadas pela SECOM, no ano de 2025, na fachada frontal do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco.

7.1.1 – Ramo de Atividade predominante da contratação: código **GRUPO 836/ CATSER: 892**, (fonte: catálogo de serviços do www.compras.gov.br).

7.2 - A empresa contratada prestará serviços de confecção, instalação e desinstalação das campanhas de Povos Indígenas, Dia do Meio Ambiente, Dia do orgulho LGBTQIA+ e Dia da Consciência Negra, nos meses de abril, junho e novembro, respectivamente.

7.3 - As campanhas poderão sofrer alterações por interesses da CONTRATANTE, por meio de substituições e supressões.

7.4 - Local de execução do serviço:

ENDEREÇO
Procuradoria da República em Pernambuco Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170 Responsável: Flávia Pierangeli Carvalho Telefone: (81) 2125-7348 E-mail: flaviapierangeli@mpf.mp.br

7.5 - Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá atentar às seguintes especificações técnicas:

Material a ser utilizado para impressão:	Película autoadesiva de PVC perfurada
Tipo de Impressão:	Digital de Alta Qualidade
Método de Cores:	4x0 (só frente)

Dimensões:	4,40 m x 5,60 m
Altura do solo até o topo do prédio:	20,65 m
Largura aproximada da pele de vidro:	8 m
Local que será fixado o adesivo:	Pele de vidro da fachada frontal da PRPE
Artes dos adesivos:	Cada adesivo terá arte diferente a ser fornecida pela PRPE antes do prazo estabelecido para instalação.
Recorte do adesivo para possibilitar abertura de janelas	8 janelas no total (4 no 3º andar e 4 no 2º andar), de dimensão aproximada de 1,01m (largura) x 1,40m (comprimento). As janelas que receberão o recorte estão identificadas no ANEXO I.

7.6 - Para a instalação e desinstalação dos adesivos na fachada frontal do prédio da PRPE será necessário que a contratada utilize **equipamento apropriado** para a execução do serviço, tais como balancim ancorado, rapel ou equivalente a partir da cobertura da edificação e/ou plataforma elevatória. Caberá também à contratada todos os materiais necessários para realizar o "recorte" no adesivo que possibilite a abertura de 8 janelas identificadas no **ANEXO I. O recorte é obrigatório** para as janelas identificadas no referido anexo.

7.7 - Os serviços devem ser prestados por empresa especializada em mídia exterior, atendendo aos parâmetros de segurança e conforto relacionado à operação dos equipamentos de transporte vertical.

7.8 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.9 - Os serviços devem ser executados dentro das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

7.10 - A CONTRATADA deve deixar a fachada limpa, após a desinstalação de cada um dos adesivos.

7.11 - A mobilização e desmobilização de equipe e materiais para a realização do objeto contratado será de responsabilidade da CONTRATADA, assim como o fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra, transporte e tudo que for necessário para a execução do serviço contratado.

7.12 - Os serviços deverão obedecer rigorosamente às normas NR-6, NR-18 e a empresa CONTRATADA deverá instruir seus funcionários quanto aos perigos inerentes ao trabalho em altura, principalmente quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com o EPI adequado.

7.13 - Considerando que a PRPE não possui em seu quadro de servidores profissional habilitado e capacitado em procedimentos de segurança em trabalhos de altura acima de 2,00m, será de inteira responsabilidade da empresa contratada e do seu Supervisor de Segurança do Trabalho fazer a **ANÁLISE DE RISCO** prévia, antes do início dos trabalhos em altura.

7.14 - Caberá ao Supervisor de Segurança do Trabalho (profissional vinculado à contratada):

7.14.1 - Analisar o projeto e o laudo dos pontos de ancoragem existentes na cobertura do prédio, a fim de se certificar das condições e dos limites de uso de cada ponto;

7.14.2 - Analisar a qualidade, confiabilidade e integridade de todos os equipamentos de segurança que serão utilizados pelos alpinistas e /ou balancins, tais como cabos, cordas, linhas de vida, cinto de segurança, talabartes etc.;

7.14.3 - Realizar a Análise de Risco (AR), fazendo avaliações prévias das condições no local de trabalho, das necessidades de Equipamentos de Proteção Coletiva, da sinalização de isolamento de áreas, adotar medidas de proteção contra quedas de materiais e equipamentos, e, só depois de adotadas as medidas de proteção individual e coletiva, autorizar o início do trabalho de alpinismo. A análise de risco deve ser registrada por meio de documento, cuja cópia deverá ser entregue para a Contratante;

7.14.4 - Fiscalizar e acompanhar o devido cumprimento dos procedimentos de segurança pelos profissionais de alpinismo, e interromper os trabalhos em caso de descumprimento;

7.14.5 - Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível.

7.15 – A CONTRATANTE fornecerá apenas os pontos de ancoragem na coberta do edifício, os quais estarão revalidados por empresa habilitada e responsável técnico com registro de ART. Os demais elementos de segurança, tais como linhas de vida, cordas, cabos, etc., serão de fornecimento exclusivo da contratada, que tem a opção de vistoriar o imóvel para avaliar as condições existentes.

7.16 – Caso a empresa CONTRATADA identifique a necessidade de outras medidas de proteção e de segurança que não estejam previstas nesse documento, a empresa é a responsável por mencionar e indicar tais medidas protetivas, não havendo nenhuma responsabilidade da CONTRATANTE por eventuais omissões de critérios e especificações de medidas de segurança.

7.17 – À CONTRATADA caberá a responsabilidade das execuções dos serviços objeto da contratação, bem como a utilização de equipamentos essenciais para realização dos serviços, inclusive os que garantam a segurança de seu pessoal (EPIs) e **Sistemas de Proteção Contra Quedas - SPQ**, e o fornecimento de todo o material e equipamentos necessários.

7.18 - A CONTRATADA ficará responsável pelo projeto de montagem e desmontagem dos equipamentos necessários à execução dos serviços (como balanços/andaimes suspensos, cadeirinhas, aluguéis de máquinas diversas, bem como pelos registros e licenças necessárias do Ministério do Trabalho, com o responsável técnico pela instalação, para o período de execução total do serviço. A prorrogação do prazo em função de atraso por culpa da CONTRATADA, mesmo que autorizada pelo FISCALIZAÇÃO, não ensejará em pagamento extra de mais períodos de equipamentos, salvo se por motivos de força maior.

7.19 - A responsabilidade técnica da Supervisão e Fiscalização de Segurança do Trabalho ficará a cargo da CONTRATADA, que deverá providenciar o **documento de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/PE** do engenheiro ou técnico de segurança trabalho.

7.20 - A CONTRATADA, após assinatura do contrato ou documento equivalente, deverá providenciar, **em até 10 (dez) dias úteis**, o documento definitivo de Responsabilidade Técnica (ART), **e somente após a sua entrega será autorizado o início da execução do objeto**, conforme art. 27, § 1º da Resolução do CONFEA 1.137 /2023 e inciso I do art. 2º da Resolução do CAU 184/2019.

7.20.1 - Quando da substituição de responsável técnico, deverá ser providenciado novo documento (ART), apresentando-o à FISCALIZAÇÃO.

7.21 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados.

7.22 - A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, os seguintes documentos:

7.22.1 - Análise de Risco - AR, conforme previsão na NR 35.

7.22.2 - O registro ou inscrição, pertinente e atualizado, do(s) responsável(is) técnico(s) – técnico ou engenheiro do trabalho - junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT).

7.22.3 - Documento que comprove possuir, em seu quadro de pessoal, trabalhadores capacitados para a atividade em altura, com a devida habilitação (subitem 3.5.7.3.2), conforme exigido em Norma.

7.22.3.1 - A comprovação do vínculo dos profissionais com o licitante dar-se-á mediante: **(A)** apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso de o profissional ser funcionário da empresa participante; ou **(B)** apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso de o profissional pertencer ao quadro societário da empresa participante; ou **(C)** apresentação do contrato de prestação de serviços.

7.22.3.2 - Para os trabalhadores que realizarão o serviço de alpinismo e/ou uso de cadeiras suspensas (balancins), deverão ser apresentados os respectivos certificados de treinamento e capacitação para execução de trabalhos em altura, especificamente treinamento para trabalhos de alpinismo e/ou procedimentos para o uso seguro de balancins, contemplando, no mínimo, o conteúdo programático exigido pelo item 35.3.2 da NR-35, atentando também, caso necessário, para os treinamentos periódicos bienais previstos nos itens 35.3.3 e 35.3.3.1 da NR-35 (item 35.3.1 da NR-35).

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de dispensa de licitação, pregões e contratações públicas através do site

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

8.2 - Em todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa especializada para confecção, instalação e desinstalação de campanhas em fachada. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de empresa especializada para confecção, instalação e desinstalação de 04 (quatro) impressões de vinil adesivo perfurado das artes que serão encaminhadas pela SECOM, no ano de 2025, na fachada frontal do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o **Pregão Eletrônico**, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, conforme se depreende da leitura da alínea "a" do inciso XIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, conjugada com o artigo 29, parágrafo único, da mesma lei:

"(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

"(...)"

"Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado."

grifo nosso.

8.4 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.5 - Considerando que o valor estimado da presente contratação está abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação será exclusiva para ME/EPP.

8.6 - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da modalidade **"Pregão Eletrônico exclusivo para ME/EPP"**, para o serviço de confecção, instalação e desinstalação de adesivo perfurado na fachada do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de peças e/ou materiais necessários.

8.7 - O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o **"aberto/fechado"**, devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - O objeto da contratação é a contratação de empresa especializada para o serviço de confecção, instalação e desinstalação de adesivo perfurado na fachada do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de peças e/ou materiais necessários.

9.2 - Ademais, por oportuno, segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.3 - A regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.4 - O objeto deste Estudo permite sua divisão, porém o parcelamento poderia implicar numa complexa e desnecessária demanda para o fiscal do contrato, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes. Além disso, a contratação sem parcelamento, de que trata o objeto, permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, haja vista que as empresas participantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade. Ademais, como a prestação do serviço objeto da contratação é feito pelas empresas de mesmo ramo, ao parcelar, não haveria ampliação na competitividade.

9.4 - Assim, conforme entendimento do TCU, para o caso em tela, o parcelamento não é uma solução viável. A contratação de que trata o objeto, por meio de preço global, permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, pois, conforme citado acima, as empresas poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade.

9.5 - Dessa forma, os itens deverão ser agrupados em **LOTE ÚNICO** por terem grande similaridade nas características e especificações, cuja execução em conjunto trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes. Portanto, o objeto deverá ser prestado sem parcelamento, por uma única empresa, que se responsabilizará por todos os adesivos na fachada e os riscos inerentes ao contrato.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Os resultados almejados consistem em atender a demanda da ASCOM/PRPE de forma célere e eficiente na promoção da conscientização social e fomentação de discussões sobre Povos Indígenas, Meio Ambiente, violência contra a população LGBTQIA+ e combate ao racismo no país.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 - Não são necessárias adequações e/ou modificações no ambiente do órgão previamente à contratação.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

12.1 - Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. A PRPE já conta com contrato de Revalidação dos Pontos de Ancoragem.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 - Entre os impactos ambientais do objeto, pode-se listar os seguintes:

- A mídia exterior pode ser enquadrada como geradora de poluição ambiental, em especial sua contribuição à poluição visual urbana, devido ao desconforto gerado pela quantidade de anúncios e a falta de harmonia entre eles, havendo um amontoado de propagandas que modificam as características das cidades.
- A mídia exterior transforma a paisagem em suporte para a exposição de cartazes, letreiros e outros, principalmente próximos a faixas de travessia e em vias de trânsito, causando insegurança e fazendo com que a atenção dos pedestres e motoristas seja dispersa, em muitos casos, causando acidentes.
- Propagandas em empenas cegas podem esconder a arquitetura original da cidade, gerando cansaço visual.

13.2 - Conforme o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, tem-se como providências recomendadas para minimizar os impactos ambientais relacionados ao serviço de impressões de vinil adesivo perfurado:

- Utilizar produtos de limpeza menos ofensivos;
- Optar por materiais recicláveis ou processos de produção eco-friendly pode não apenas ser benéfico para o ambiente, mas também positivo para a imagem da marca;
- Realizar a coleta de resíduos provenientes da instalação e desinstalação dos adesivos;
- Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão;
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

13.3 - As medidas mitigatórias relacionadas ao processo de descarte são:

- Estabelecer como escopo da contratação a obrigatoriedade de se realizar o descarte ambientalmente correto dos materiais e/ou produtos de limpeza.
- Fiscalizar o processo de descarte que será adotado pela contratada, de forma diligente.

13.4 - A CONTRATADA deverá ainda atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para o serviço de confecção, instalação e desinstalação de adesivo perfurado na fachada do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, no ano de 2025, com fornecimento de peças e/ou materiais necessários é viável do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 28 de janeiro de 2025.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

FLÁVIA PIERANGELI CARVALHO
ASCOM/PRPE - SETOR DEMANDANTE

FÁTIMA BATISTA DA COSTA SILVA
SETOR CONSULTIVO - DEA/PRPE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA
CA/PRPE

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR
DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
DEOF/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA
CODAM/PRPE

XV – APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 28/01/2025 21:09. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 02660594.9724d5cf.e323adc1.8315a91c



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00004624/2025 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

.....
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **28/01/2025 21:09:19**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **28/01/2025 23:00:42**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **FATIMA BATISTA DA COSTA SILVA**

Data e Hora: **29/01/2025 08:33:16**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **29/01/2025 11:56:25**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **29/01/2025 12:18:55**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **FLAVIA PIERANGELI CARVALHO**

Data e Hora: **29/01/2025 12:54:51**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA**

Data e Hora: **29/01/2025 13:02:16**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **30/01/2025 06:44:34**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 02660594.9724d5cf.e323adc1.8315a91c

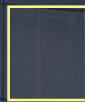
MPF
Ministério Público Federal

Procuradoria
da República
em Pernambuco

1,40m



1,01m



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

EDIFÍCIO
PROCURADOR DA REPÚBLICA
PEDRO JORGE DE MELO ZILIN



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO

1 – DO OBJETO

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para ***contratação de empresa especializada em serviços de impressão de adesivo vinil perfurado, compreendendo sua instalação e desinstalação na fachada frontal da Procuradoria da República em Pernambuco, com artes que serão fornecidas pela SECOM***, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência, constante dos autos do PGEA nº **1.26.000.000069/2025-38**.

2 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

A pesquisa foi realizada pela Equipe de Planejamento e Contratações da PRPE com base nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, conforme discriminado na planilha e cotações anexas e aspectos relacionados a seguir:

3 – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

() Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

() Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

() Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

3.1 - Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos, conforme o § 1º, Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Não foram pesquisados preços públicos, pois, ao elaborar o preço para o objeto da contratação em questão, é fundamental considerar aspectos que variam de um contrato para outro. Assim, não é apropriado utilizar preços de órgãos cujas características arquitetônicas e dimensionais não são semelhantes às do edifício da PRPE, além dos requisitos técnicos e de habilitação necessários para a execução do serviço, conforme estipulado no Termo de Referência. Portanto, optou-se por consultar apenas preços de empresas especializadas, garantindo que todos os requisitos técnicos, de habilitação e as características do edifício sede da PRPE fossem devidamente considerados.

3.2 - Justificativa para a escolha dos fornecedores, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Foram consultadas inicialmente **13 (treze)** empresas especializadas nos seguintes e-mails: comercial@m2midiaexterior.com.br; pedro@bandeirantesonline.com.br; prodafinco@gmail.com; rycardolira@gmail.com; graficavisaodefinida@gmail.com; terinalopes@gmail.com; fabricadigitaljp@gmail.com; alzira1985santos@gmail.com; licitaservicosbr@gmail.com; pmservice270@gmail.com; governo.jp@gmail.com; rsilva.pb@gmail.com; pessoa_igor@hotmail.com e wocomercialeservicos@gmail.com. Porém **(três)** empresas enviaram orçamento: **Bandeirantes** (CNPJ 11.271.475/0001-39); **Visão definida** (CNPJ: 13.046.363/0001-00) e **Fábrica Digital** (21.595.187/0001-93).

Posteriormente, foram solicitadas à Equipe de Planejamento alterações na especificação do objeto em questão, a saber: inclusão de recortes na impressão, conforme MEMORANDO nº 10/2025/MPF/PRPE/AGE. Desta forma, foi realizado novo contato com as mesmas 13 empresas, informando as alterações do objeto, tivemos resposta com envio da proposta de **04 empresas**. Destas, 03 foram as mesmas empresas que enviaram proposta anteriormente, havendo o acréscimo da proposta da Empresa **Villa Mídia Out Off** (51.123.926/0001-42). As Empresas Fábrica Digital e Visão Definida mantiveram o valor inicial, já a Empresa Bandeirantes forneceu outro valor, conforme cotações em anexo.

Todos os fornecedores foram informados das características da contratação definidas pelo setor demandante, com vistas a melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado. Para a escolha dos fornecedores, a área requisitante realizou levantamento no ramo de atividade do objeto a ser adquirido, com base nos seguintes critérios: atendimento aos requisitos da contratação, empresas consolidadas no mercado local, fornecedores que já foram contratados por outros entes públicos em períodos anteriores e empresas que trabalham com nota de empenho. As propostas formais constam no anexo deste relatório, englobam todos os custos para fornecimento da solução requerida, como tributos e fretes, e contém os seguintes requisitos mínimos:



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereços físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, nome completo e identificação do responsável.

4 – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS E A MEMÓRIA DE CÁLCULO

Os preços coletados, bem como a memória de cálculo (MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS), constam nos ANEXOS I e II deste relatório, respectivamente.

5 – MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO (inc. V, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Nos termos do art. 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado, a média aritmética ou a mediana dos valores obtidos válidos na pesquisa de preços, considerando a seguinte fórmula:

Se $CV > 25\%$ considerar preço de referência o valor da Mediana.

Se $CV < 25\%$ considerar preço de referência o valor da Média.

CV = Coeficiente de Variação.

Média Aritmética: Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para uma cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior a 25%.

Mediana: Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior a 25%.

No cálculo final foram obtidos no mínimo 3 (três) preços para cada item, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 5º da Portaria retro citada.

6 - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL (inc. VI, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços coletados foram submetidos à análise estatística, de forma objetiva, sendo desconsiderados possíveis valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, conforme consta no MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS, anexo a este relatório.

Recife, 28 de janeiro de 2025.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - IMPRESSÕES NA FACHADA DA PRPE 2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE ESTIMADA ANUAL	FONTE 1	FONTE 2	FONTE 3	FONTE 4	Menor preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação (CV)	Valor Unitário Máximo Admissível	Valor Total
				EMPRESA: BANDEIRANTES CNPJ: 11.271.475/0001-39 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: FÁBRICA DIGITAL CNPJ: 21.595.187/0001-93 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: Villa Mídia Out Off CNPJ: 51.123.926/0001-42 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: VISÃO DEFINIDA CNPJ: 13.046.363/0001-00 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)						
01	Serviço de confecção, instalação e desinstalação de impressão para a fachada da PRPE, tipo empenas	UND	4	19.124,04	11.580,00	13.725,00	16.050,00	R\$ 11.580,00	R\$ 15.119,76	14.887,50	21,4%	R\$ 15.119,76	R\$ 60.479,04
												VALOR GLOBAL	R\$ 60.479,04

FÓRMULAS					
Média	Mediana			Coeficiente de variação	Desvio Padrão
Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para um cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior à 25%	Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior à 25%			DP/M	$s = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{n - 1}}$
Precificação baseada no disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100/2023.					

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de impressão de adesivo vinil perfurado, compreendendo sua instalação e desinstalação na fachada frontal da Procuradoria da República em Pernambuco, com artes que serão fornecidas pela SECOM, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência, constante dos autos do PGEA nº 1.26.000.000069/2025-38.

II - DO OBJETIVO

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

1. Escala de Probabilidade:

Descritor	Descrição	Ocorrências	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

2. Escala de Impacto:

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 – 2	3 – 6	8 – 12	15 – 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
EXTREMO	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo da Unidade.
ALTO	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do Secretário da Unidade.
MÉDIO	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
BAIXO	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 - Alto	4	8	12	16	20
	3 - Médio	3	6	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01	Risco:	FALHA NA ANÁLISE DA NECESSIDADE E NO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO DISPONÍVEIS
	Possíveis causas:	Falta de identificação da real necessidade da Administração; Desconhecimento das soluções disponíveis no mercado.
	Probabilidade:	Baixa (2)
	Impacto:	Alto (4)
	Dano 1:	Não atendimento da necessidade que originou a contratação.
	Dano 2:	Adoção de tipo de solução obsoleta.
	Dano 3:	Restrição indevida e/ou ilegal da competição.
	Dano 4:	Atraso na divulgação das campanhas institucionais do MPF

	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Autoridade Competente do Órgão
	2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Setor Demandante
	4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Setor Demandante
	5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar certame e planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas (ETP).	Autoridade Competente do Órgão / Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 02	Risco:	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO).	
	Possíveis causas:	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Dano 1:	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Atraso na divulgação das campanhas institucionais do MPF	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar a contratação e reelaborar Termo de Referência (TR).	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

RISCO 03	Risco:	FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Possíveis causas:	Utilização de parâmetro inadequado no levantamento da pesquisa de mercado.	
	Dano 1:	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas	
	Dano 2:	Frustração da licitação, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a norma específica para tal fim.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Verificar quais os instrumentos necessários para realizar a pesquisa de preço.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Considerar custos com frete e instalação quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	No caso de preço elevado, deve o Agente da Contratação negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.	SLDE
	2	Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço.	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

RISCO 04	Risco:	ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Média (3)	
	Possíveis Causas:	Falha nos processos de planejamento da contratação; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Dano 1:	Atraso no início da execução do objeto e na divulgação das campanhas institucionais do MPF	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	CODAM
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	SLDE/ASSJUR

RISCO 05	Risco:	BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.	
	Probabilidade:	Média (3)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Possíveis Causas:	Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao aviso de dispensa; Excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.	
	Dano 1:	Dispensa deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da dispensa, caso esta venha a ser fracassada.	CODAM
	4	Dar ampla publicidade ao aviso de dispensa de licitação.	SLDE
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Em caso de dispensa deserta ou fracassada, repeti-la alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa à frustração do certame. Pode também fazer a contratação diretamente com a empresa que ofertou o menor preço no momento da pesquisa de mercado ou ainda fixar prazo para que os fornecedores participantes da dispensa possam adequar a sua proposta ou a sua habilitação.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante

RISCO 06	Risco:	FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO À ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Atraso na contratação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica

	5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

RISCO 07	Risco:	INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NÃO ESPECIALIZADA).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	2	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

RISCO 08	Risco:	FALHAS NA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Falta de treinamento para os servidores na área de fiscalização de contratos; número insuficiente de servidores trabalhando na área administrativa do órgão.	
	Dano 1:	Descumprimento das cláusulas contratuais que possam comprometer os objetivos da contratação e trazer prejuízos irreparáveis ao órgão; descontinuidade dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na fiscalização de contratos.	Alta Administração / CGP
	2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	Alta Administração / CGP
	3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato.	CODAM
	4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Setor demandante
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Substituição do fiscal do contrato.	CODAM
	2	Caso seja verificado descumprimento a alguma cláusula contratual, deve-se aplicar as devidas penalidades e/ou glosas, caso necessário.	DICGC
	3	Em caso de interrupção dos serviços, tendo em vista que a contratação compreende três itens a serem entregues em junho e novembro/2024, realizar contratações emergenciais.	DICGC / SLDE

V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	2	4	8
R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8

R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexecuível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	3	6
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	3	3	9
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito à análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Seleção do Fornecedor	2	5	10
R08	Falhas na fiscalização dos serviços.	Fiscalização Contratual	2	5	10

VI – DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10 R07 / R08	15	20	25
	4 - Alto	4	8 R01 / R02 R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R03/R04	9 R05	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

VII – DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 01, 02, 05, 06, 07 e 08 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil recuperação, caso venham a ocorrer no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumprir informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

RISCO 01: Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Fase de planejamento - ok

2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Fase de planejamento - ok
3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Fase de planejamento - ok
5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Fase de planejamento - ok
6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 02: Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 05: Baixo número de empresas participando da dispensa de licitação.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da dispensa, caso esta venha a ser fracassada.	Fase de planejamento - ok
4	Dar ampla publicidade ao aviso de dispensa de licitação.	Fase externa da Disputa.

RISCO 06: Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito à análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Fase de seleção do fornecedor - Fase externa da Disputa.
5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 07: Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok

4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.
---	--	--

RISCO 08: FALHAS NA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na fiscalização de contratos.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante para atuar na fiscalização do contrato.	Fase de planejamento - ok
4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Fiscalização do Contrato – Fase da gestão contratual.

⁴Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.